



## ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

### 3ª VARA DO TRABALHO DE SOROCABA - 0109

[ 2501 a 3000 processos ]

Entre os dias 9 e 13 do mês de abril de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 5/2018, divulgado em 5/3/2018 no DEJT (Edição 2427/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 936 e 937). Presentes a Juíza Titular CECY YARA TRICCA DE OLIVEIRA e a Juíza Substituta Auxiliar Fixa ANA MARIA EDUARDO DA SILVA. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

<b>Equipe de Correição:</b>	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
<b>Jurisdição Atendida:</b>	ARACOIABA DA SERRA, VOTORANTIM, SOROCABA
<b>Lei de Criação:</b>	8.432/92
<b>Data de Instalação:</b>	25/11/1994
<b>Data de Instalação do PJE:</b>	12/03/2014
<b>Data da Última Correição:</b>	06/03/2017
<b>Acervo Físico/Acervo Total:</b>	18 %
<b>Acervo PJe/Acervo Total:</b>	82 %



### 1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
CECY YARA TRICCA DE OLIVEIRA	25/09/2017

#### Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
08/11/2017 a 08/11/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMILIA
20/11/2017 a 19/12/2017	FERIAS
24/01/2018 a 25/01/2018	COMPENSACAO DIAS TRABALHADOS CONCURSO

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
WALTER GONCALVES	03/11/2010

#### Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
08/02/2017 a 09/03/2017	FERIAS
13/03/2017 a 11/04/2017	FERIAS
17/04/2017 a 16/05/2017	FERIAS
19/06/2017 a 21/06/2017	COMPENSACAO DIAS TRABALHADOS CONCURSO
26/06/2017 a 28/06/2017	RECESSO - COMPENSACAO DE DIAS TRABALHADOS
29/06/2017 a 30/06/2017	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
03/07/2017 a 05/07/2017	COMPENSACAO DIAS TRABALHADOS CONCURSO
06/07/2017 a 07/07/2017	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO



## 2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/03/2017 a 15/02/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ADRIANE DA SILVA MARTINS	08/02/2017 a 09/03/2017
ADRIANE DA SILVA MARTINS	10/03/2017 a 12/03/2017

**Afastamentos: Não houve**

NOME	PERÍODO
ANA MARIA EDUARDO DA SILVA	07/01/2017 a 19/12/2017
ANA MARIA EDUARDO DA SILVA	08/01/2018 a 27/03/2018

**Afastamentos:**

PERÍODO	MOTIVO
17/04/2017 a 16/05/2017	FERIAS
20/09/2017 a 19/10/2017	FERIAS

NOME	PERÍODO
ANDRE LUIZ MENEZES AZEVEDO SETTE	28/09/2017 a 29/09/2017

**Afastamentos: Não houve**

NOME	PERÍODO
CAMILA XIMENES COIMBRA	22/01/2018 a 23/01/2018
CAMILA XIMENES COIMBRA	24/01/2018 a 25/01/2018
CAMILA XIMENES COIMBRA	26/01/2018 a 28/01/2018

**Afastamentos: Não houve**

NOME	PERÍODO
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	25/09/2017 a 25/09/2017
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	05/10/2017 a 08/10/2017

**Afastamentos: Não houve**



**2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/03/2017 a 15/02/2018]:**

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
FRANCISCO DUARTE CONTE	17/04/2017 a 24/04/2017
FRANCISCO DUARTE CONTE	19/06/2017 a 05/07/2017

**Afastamentos:**

<b>PERÍODO</b>	<b>MOTIVO</b>
01/07/2017 a 02/07/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
GUILHERME CAMURCA FILGUEIRA	08/11/2017 a 08/11/2017

**Afastamentos: Não houve**

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
PAULO CESAR DOS SANTOS	06/07/2017 a 07/07/2017

**Afastamentos: Não houve**

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
SANDRO MATUCCI	13/03/2017 a 11/04/2017
SANDRO MATUCCI	12/04/2017 a 16/04/2017
SANDRO MATUCCI	25/04/2017 a 16/05/2017

**Afastamentos: Não houve**



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.1 - Lotação [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ADRIANA LUNGWITZ CLETO VENDRAMINI	ND	FC-01 EXECUTANTE	21/11/2016
ALESSANDRA ALVES DE LIMA GRINSENCKO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	09/09/2014
ARIADNE FARIA CARPINE	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	12/07/2010
CARLOS ALBERTO GONCALVES	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	15/09/2010
FABIO LEMOS HENRIQUES CAVALCANTI	REQ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	04/08/2010
FATIMA REGINA FERREIRA BETE	AJA	-	14/12/2011
GENI MARCHI PAES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	23/11/2007
LIANA FERNANDES FERRAZ	AJJ	-	01/12/2010
LUIZ AUGUSTO MARCONDES HOMEM DE MELLO E CASTRO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	19/12/2015
MARCIA REGINA FURLANI	REQ	FC-01 EXECUTANTE	17/01/2013
SILVANA ALVES DE LIMA LOPES	REQ	FC-04 CALCULISTA	15/09/2014
SILVIA RAFAELA VIOTO SANTA ROSSA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	01/11/2006
<b>TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO</b>			<b>7</b>
<b>TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO</b>			<b>5</b>



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.2 - Ausências, exceto férias [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Correção Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA LUTO	16
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	23
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	13
<b>TOTAL</b>	<b>52</b>



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.3 - Estagiários [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO CONVENIADO</b>	<b>INÍCIO DO ESTÁGIO</b>
CARLOS ANDRE AZEVEDO RIBEIRO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/05/2017
FRANCIELLY ARAUJO PEREIRA	FACULDADE DE DIREITO DE SOROCABA - FADI	06/11/2017
ISABELA UZUM ALONCO	FACULDADE DE DIREITO DE SOROCABA - FADI	03/04/2017
NICOLAS SONNY FERREIRA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/05/2017



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.4 - Ações de capacitação [03/2017 a 12/2017]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ANA MARIA EDUARDO DA SILVA	40
CECY YARA TRICCA DE OLIVEIRA	47
FRANCISCO DUARTE CONTE	33
SANDRO MATUCCI	292
WALTER GONCALVES	34

SERVIDORES	HORAS
ARIADNE FARIA CARPINE	60





#### 4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
<b>CONHECIMENTO</b>	Aguardando primeira audiência	3.416	1.638	2.678
	Aguardando encerramento da instrução	607	1.050	1.261
	Aguardando prolação de sentença	378	183	271
	Aguardando cumprimento de acordo	561	483	568
	Solucionados pendentes de finalização na fase	2.417	1.750	2.094
	<b>Pendentes de finalização</b>	<b>7.377</b>	<b>5.103</b>	<b>6.871</b>
<b>LIQUIDAÇÃO</b>	Pendentes de homologação dos cálculos	1.437	421	758
	Liquidados pendentes de finalização na fase	367	317	396
	<b>Pendentes de finalização</b>	<b>1.804</b>	<b>739</b>	<b>1.155</b>
<b>EXECUÇÃO</b>	Pendente de extinção da execução	1.865	1.240	1.822
	Encerrados pendentes de finalização na fase	103	108	84
	<b>Pendentes de finalização</b>	<b>1.968</b>	<b>1.352</b>	<b>1.906</b>
<b>ARQUIVO</b>	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	2	23	5
<b>TOTAL</b>		<b>11.151</b>	<b>7.217</b>	<b>9.937</b>

#### CORREIÇÃO ANTERIOR

#### 4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
<b>CONHECIMENTO</b>	Aguardando primeira audiência	3.130	1.584	2.433
	Aguardando encerramento da instrução	1.037	1.089	1.585
	Aguardando prolação de sentença	326	167	245
	Aguardando cumprimento de acordo	375	394	416
	Solucionados pendentes de finalização na fase	6.687	4.778	6.288
	<b>Pendentes de finalização</b>	<b>7.095</b>	<b>4.920</b>	<b>6.566</b>
<b>LIQUIDAÇÃO</b>	Pendentes de homologação dos cálculos	1.353	511	871
	Liquidados pendentes de finalização na fase	932	473	738
	<b>Pendentes de finalização</b>	<b>1.689</b>	<b>821</b>	<b>1.210</b>
<b>EXECUÇÃO</b>	Pendente de extinção da execução	2.321	1.176	1.770
	Encerrados pendentes de finalização na fase	435	620	624
	<b>Pendentes de finalização</b>	<b>2.404</b>	<b>1.325</b>	<b>1.840</b>
<b>ARQUIVO</b>	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	1
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	30	89	28
<b>TOTAL</b>		<b>11.218</b>	<b>7.155</b>	<b>9.647</b>



### 5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	464	400	253
Exceções de Incompetência	11	19	7
Antecipações de Tutela	371	350	15
Impugnações à Sentença de Liquidação	23	43	11
Embargos à Execução	93	98	80
Embargos à Arrematação	1	1	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	13	19	1
<b>TOTAIS</b>	<b>976</b>	<b>930</b>	<b>367</b>

### CORREIÇÃO ANTERIOR

### 5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	296	266	213
Exceções de Incompetência	16	9	17
Antecipações de Tutela	464	456	39
Impugnações à Sentença de Liquidação	23	3	31
Embargos à Execução	98	71	113
Embargos à Arrematação	0	0	1
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	12	5	17
<b>TOTAIS</b>	<b>909</b>	<b>810</b>	<b>431</b>



**6 - RECURSOS [03/2017 a 12/2017]:**

(fonte: e-Gestão)

<b>TIPO</b>	<b>NOVOS</b>	<b>COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>	<b>SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>
Recurso Ordinário	931	1.006	176
Recurso Adesivo	56	78	0
Agravo de petição	60	56	7
Agravo de Instrumento	18	20	5
<b>TOTAIS</b>	<b>1.065</b>	<b>1.160</b>	<b>188</b>

**CORREIÇÃO ANTERIOR**

**6 - RECURSOS [03/2016 a 01/2017]:**

(fonte: e-Gestão)

<b>TIPO</b>	<b>NOVOS</b>	<b>COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>	<b>SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>
Recurso Ordinário	867	737	316
Recurso Adesivo	62	33	42
Agravo de petição	56	42	32
Agravo de Instrumento	24	8	16
<b>TOTAIS</b>	<b>1.009</b>	<b>820</b>	<b>406</b>



## 7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

### 7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	713	422	224	336
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.860	625	397	569
<b>Total / Média</b>	<b>2.573</b>	<b>569</b>	<b>353</b>	<b>501</b>

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	697	447	232	350
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.722	669	412	595
<b>Total / Média</b>	<b>2.419</b>	<b>605</b>	<b>364</b>	<b>521</b>

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	412	42	25	35
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.226	64	39	57
<b>Total / Média</b>	<b>1.638</b>	<b>58</b>	<b>36</b>	<b>51</b>

### 7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	99	420	217	364
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	227	502	238	383
<b>Total / Média</b>	<b>326</b>	<b>477</b>	<b>233</b>	<b>378</b>

\*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

### 7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	915	2.218	1.965	2.037
Do início ao encerramento da execução - ente público	40	1.708	999	1.479
<b>Total / Média</b>	<b>955</b>	<b>2.197</b>	<b>1.882</b>	<b>2.007</b>

\*Do início até a extinção da execução



## CORREIÇÃO ANTERIOR

### 7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

#### 7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	670	412	201	297
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.878	567	352	495
<b>Total / Média</b>	<b>2.548</b>	<b>526</b>	<b>312</b>	<b>435</b>

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	590	378	206	295
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.500	514	351	480
<b>Total / Média</b>	<b>2.090</b>	<b>476</b>	<b>311</b>	<b>420</b>

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	399	22	26	28
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.145	34	39	36
<b>Total / Média</b>	<b>1.544</b>	<b>30</b>	<b>36</b>	<b>34</b>

#### 7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	140	427	219	329
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	260	518	228	343
<b>Total / Média</b>	<b>400</b>	<b>486</b>	<b>226</b>	<b>339</b>

\*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

#### 7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	731	1.806	1.873	2.090
Do início ao encerramento da execução - ente público	43	1.785	1.224	1.702
<b>Total / Média</b>	<b>774</b>	<b>1.805</b>	<b>1.802</b>	<b>2.068</b>

\*Do início até a extinção da execução

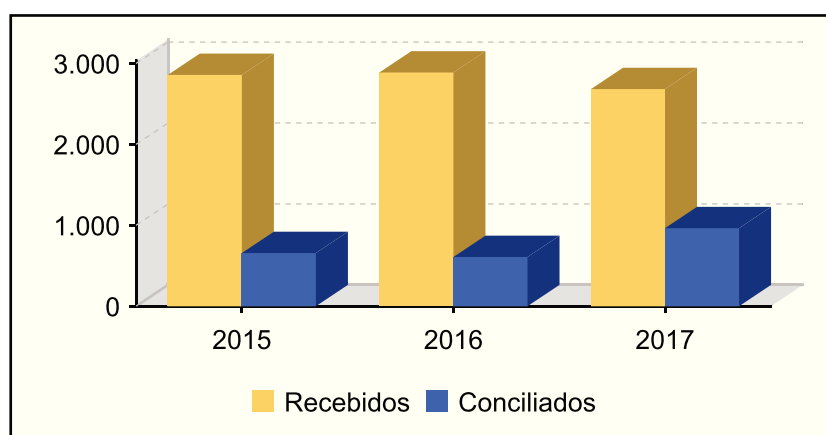


## 8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

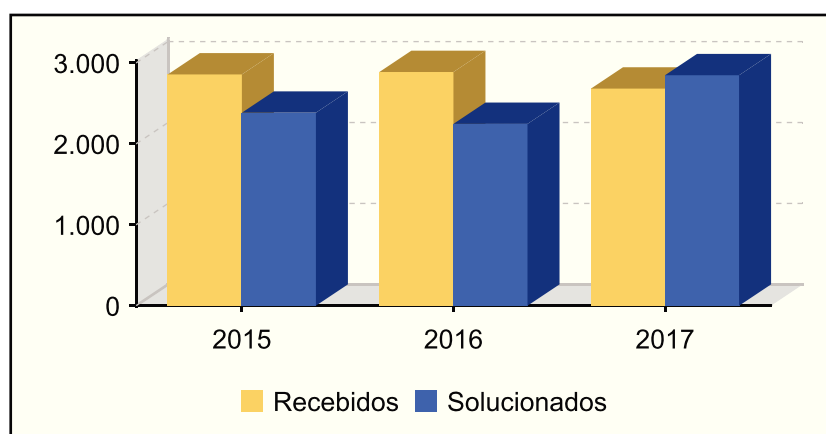
### 8.1 - Índice de conciliações [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	2.858	657	22,99
2016	2.888	608	21,05
2017	2.683	964	35,93



### 8.2 - Índice de soluções [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.858	2.385	83,45
2016	2.888	2.247	77,80
2017	2.683	2.848	106,15



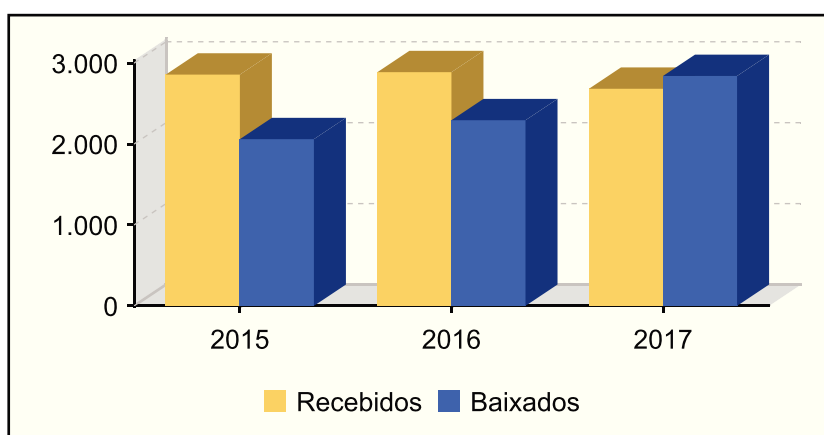


## 8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

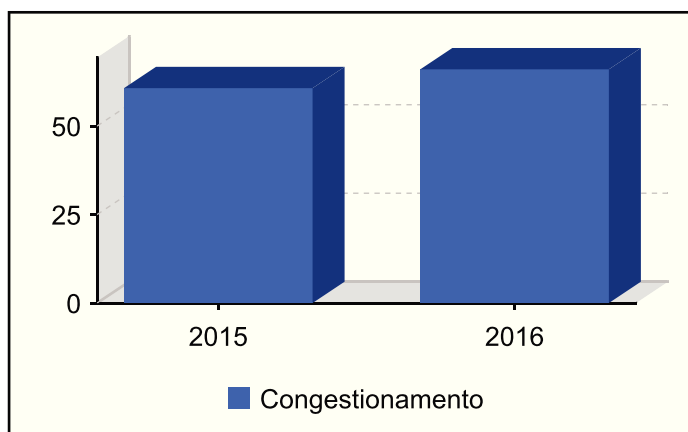
### 8.3 - Índice de baixas [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	2.858	2.060	72,08
2016	2.888	2.294	79,43
2017	2.683	2.841	105,89



### 8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	3.213	2.858	2.385	60,71
2016	3.727	2.888	2.247	66,03

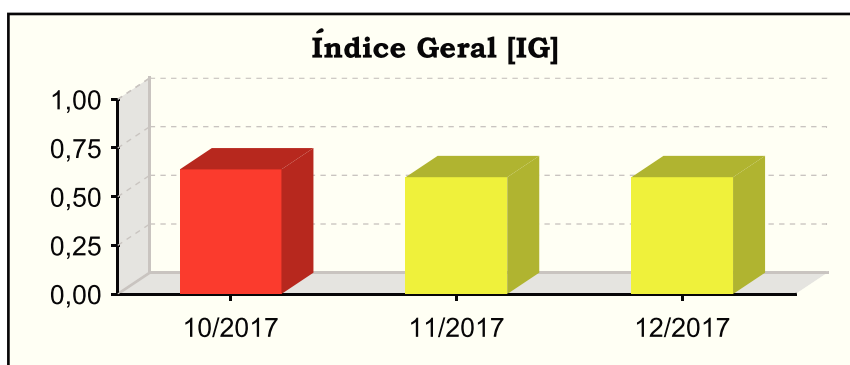
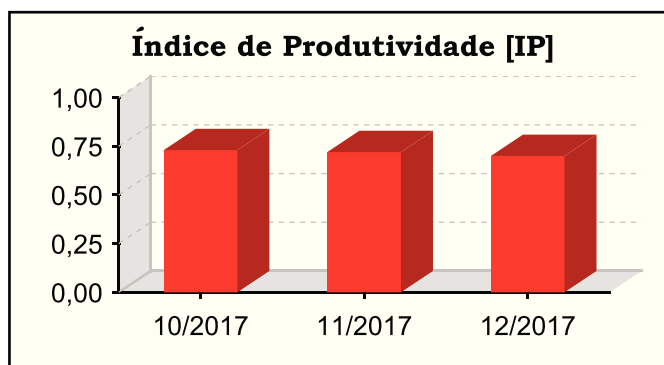
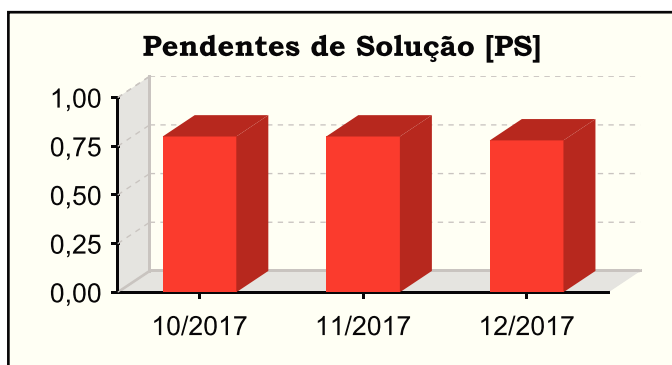
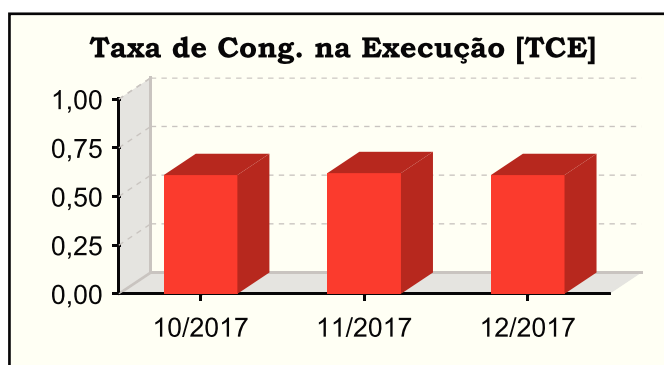
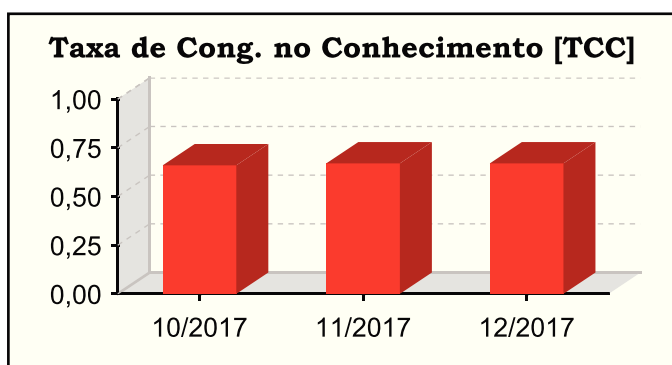




## 9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	PS	IP	IG
10/2017	0,66	0,61	0,80	0,73	0,64
11/2017	0,67	0,62	0,80	0,72	0,60
12/2017	0,67	0,61	0,78	0,70	0,60







### 10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	964	80,3	49,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.576	131,3	80,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.540	211,7	130,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	308	25,7	15,8
Incidentes Processuais Resolvidos	1.071	89,3	54,9
Dias-Juiz	585	48,8	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	30.797	88,5	49,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	35.337	101,5	56,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	66.134	190,0	106,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	10.652	30,6	17,1
Incidentes Processuais Resolvidos	27.335	78,5	43,9
Dias-Juiz	18.699	53,7	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	131.137	71,4	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	163.612	89,1	56,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	294.749	160,5	101,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.411	26,9	16,9
Incidentes Processuais Resolvidos	114.947	62,6	39,4
Dias-Juiz	87.586	47,7	---

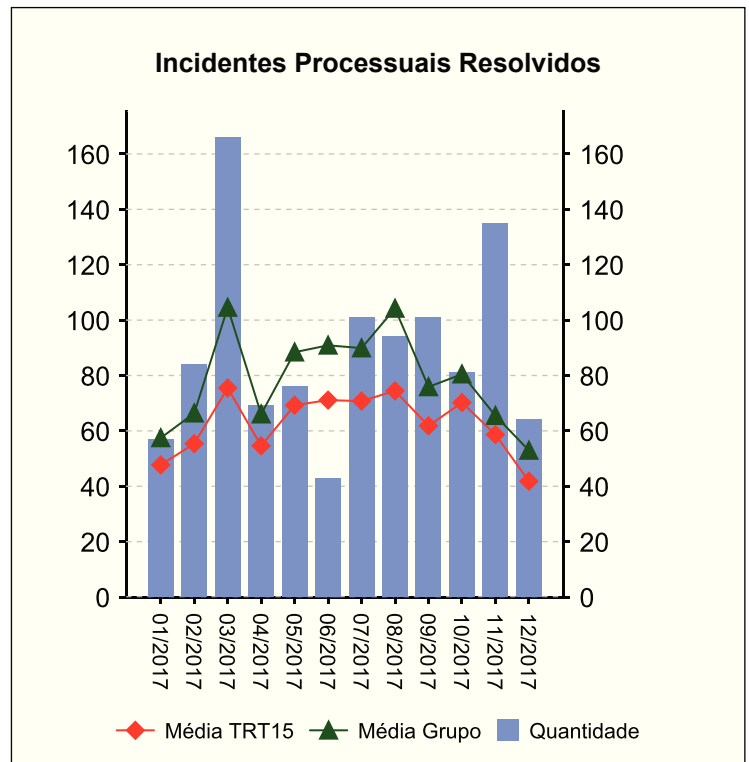
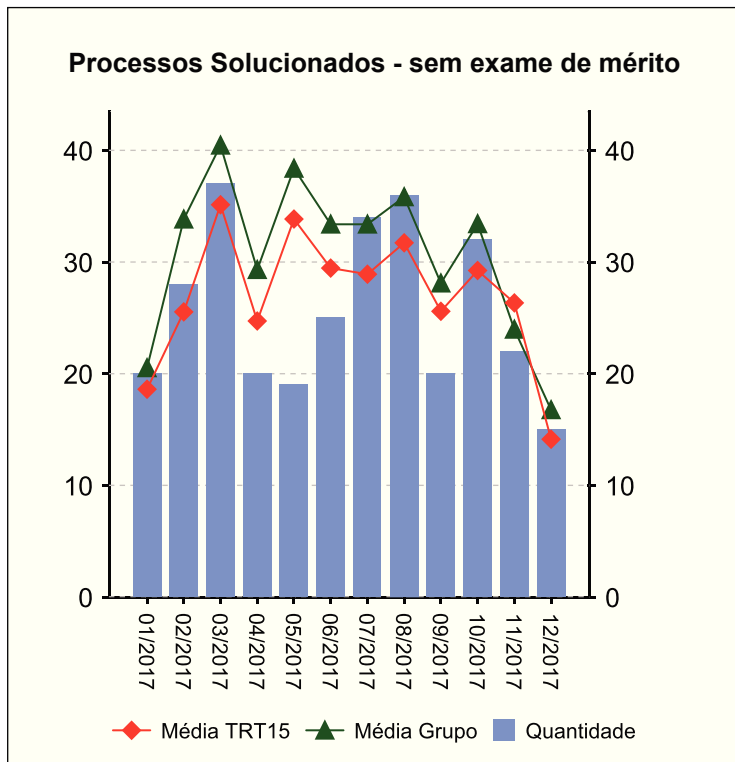
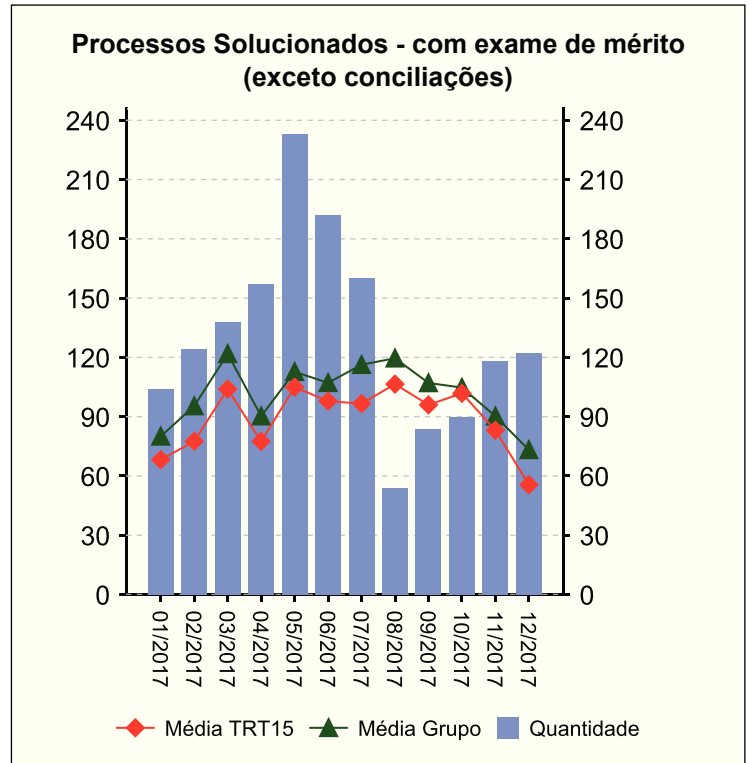
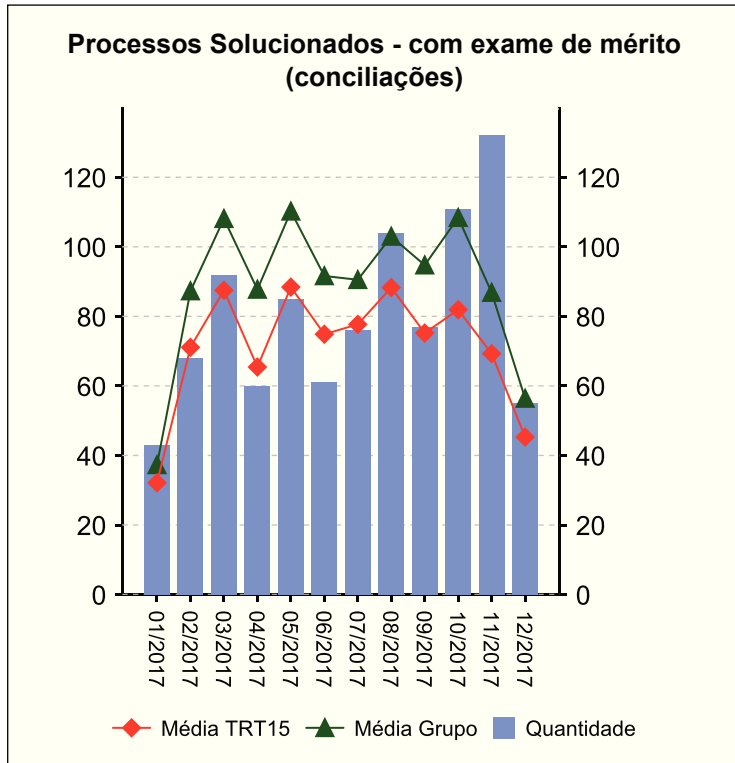
\*Aferição de Resultado Individual Aproximado



**10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:**

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

**Resumo - Processos**





## 10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	47	3,9	2,4
Sessões de audiência realizadas - instrução	549	45,8	28,2
Sessões de audiência realizadas - una	1.365	113,8	70,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	515	42,9	26,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	350	29,2	17,9
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.914	159,5	98,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	865	72,1	44,4
Dias-Juiz	585	48,8	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	18.699	53,7	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	87.586	47,7	---

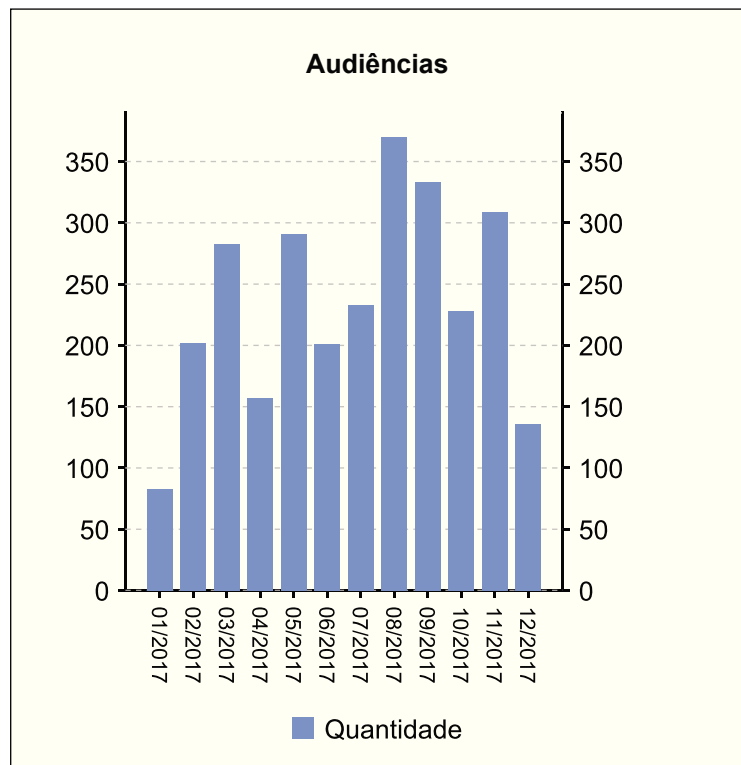


## 10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

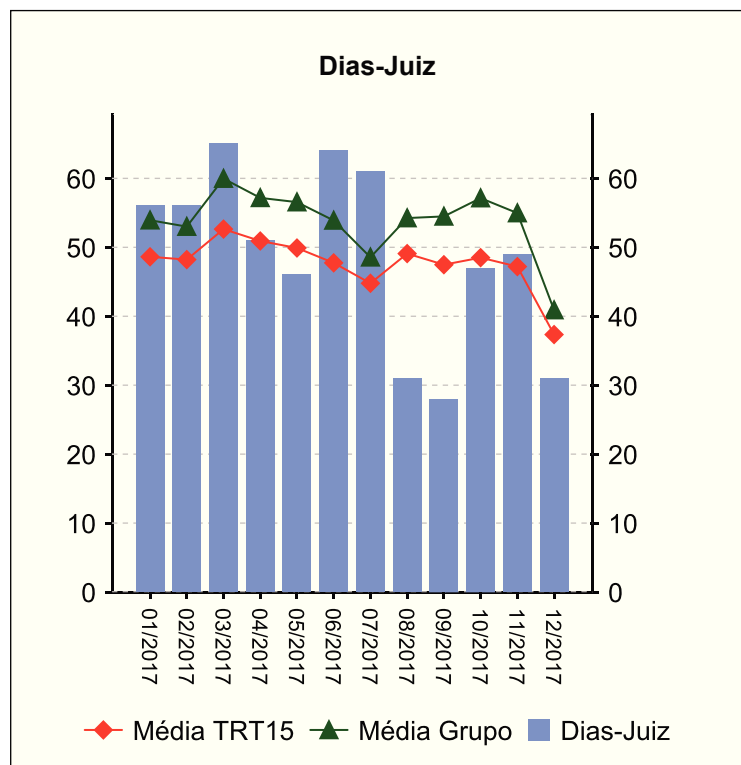
[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

### Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2017	0	2	1	24	56	83
02/2017	4	12	4	55	127	202
03/2017	25	35	2	66	155	283
04/2017	19	11	4	39	84	157
05/2017	88	7	3	56	137	291
06/2017	23	33	2	39	104	201
07/2017	12	30	10	46	135	233
08/2017	89	43	7	62	169	370
09/2017	60	85	8	51	129	333
10/2017	67	4	3	45	109	228
11/2017	95	52	2	48	112	309
12/2017	33	36	1	18	48	136
<b>Total</b>	<b>515</b>	<b>350</b>	<b>47</b>	<b>549</b>	<b>1365</b>	<b>2826</b>



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
01/2017	56
02/2017	56
03/2017	65
04/2017	51
05/2017	46
06/2017	64
07/2017	61
08/2017	31
09/2017	28
10/2017	47
11/2017	49
12/2017	31
<b>Média Mensal</b>	<b>48,8</b>



## CORREIÇÃO ANTERIOR

### 10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	628	52,3	30,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.372	114,3	67,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.000	166,7	98,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	336	28,0	16,5
Incidentes Processuais Resolvidos	879	73,3	43,2
Dias-Juiz	611	50,9	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	31.351	90,1	52,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	31.878	91,6	53,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	63.229	181,7	105,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	11.630	33,4	19,3
Incidentes Processuais Resolvidos	21.656	62,2	36,0
Dias-Juiz	18.037	51,8	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	127.892	69,7	45,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	136.918	74,6	48,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	264.810	144,2	94,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.547	27,5	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	95.893	52,2	34,2
Dias-Juiz	84.054	45,8	---

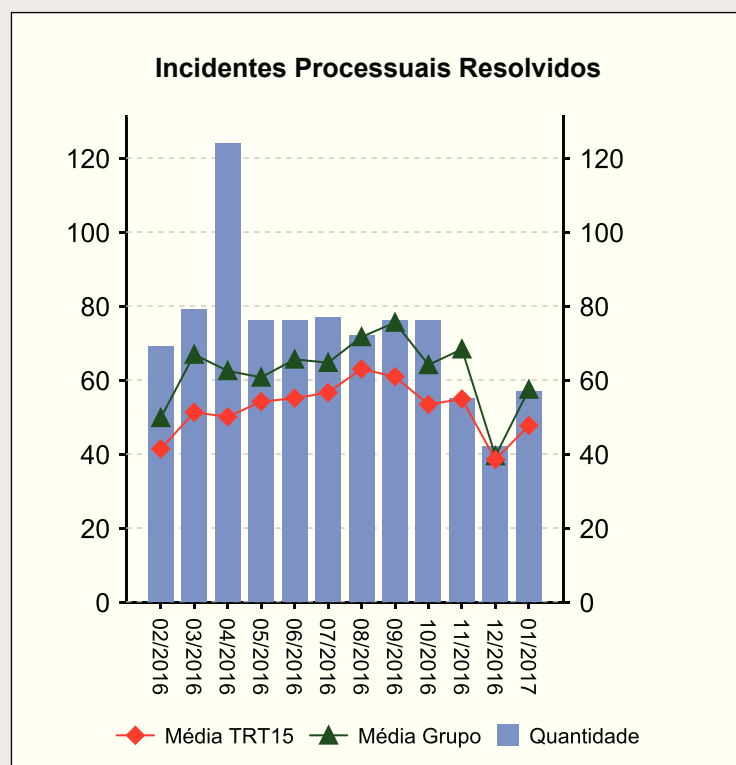
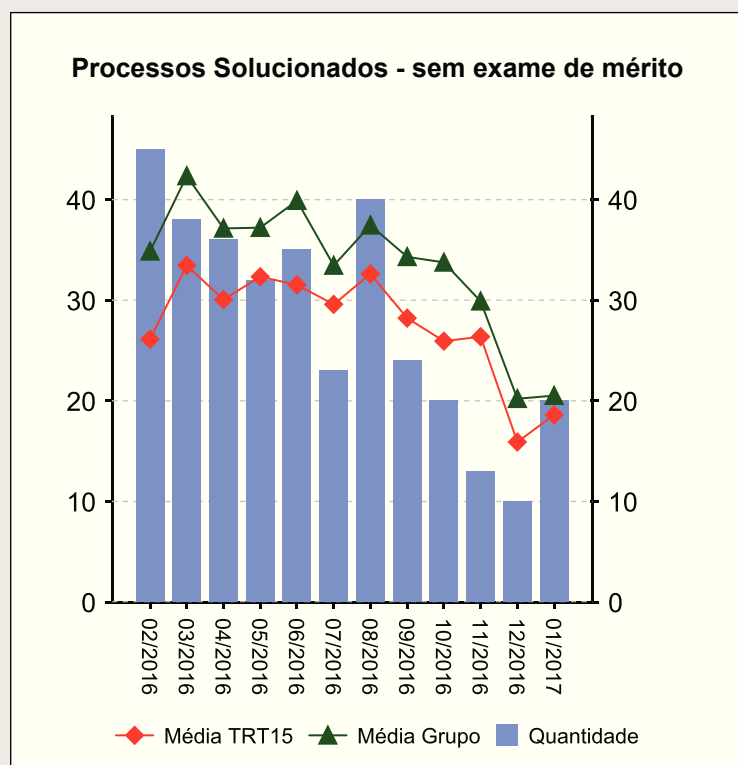
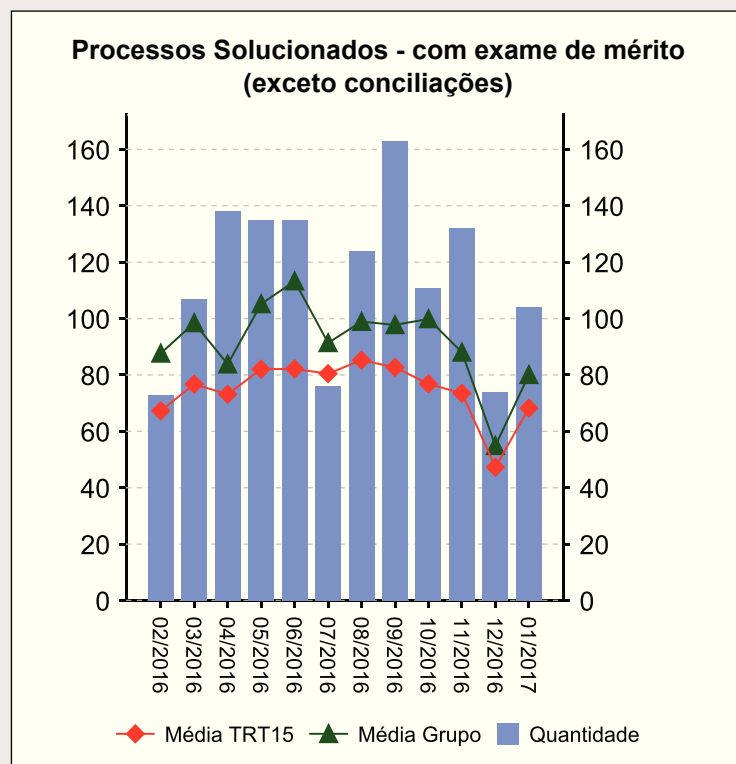
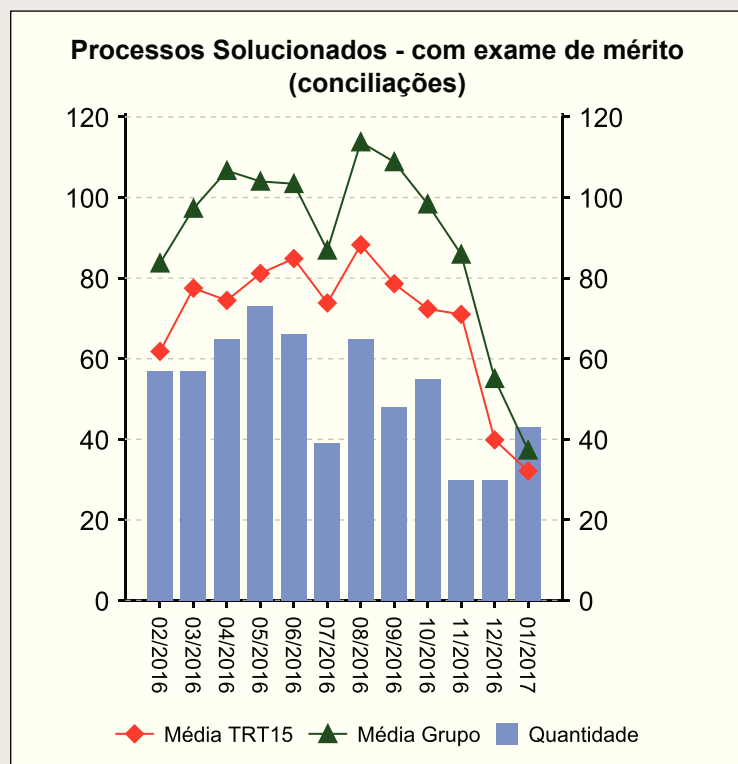
\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

## CORREIÇÃO ANTERIOR

### 10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

## Resumo - Processos





### CORREIÇÃO ANTERIOR

#### 10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	56	4,7	2,7
Sessões de audiência realizadas - instrução	694	57,8	34,1
Sessões de audiência realizadas - una	1.441	120,1	70,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	237	19,8	11,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	438	36,5	21,5
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	2.135	177,9	104,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	675	56,3	33,1
Dias-Juiz	611	50,9	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	18.037	51,8	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	84.054	45,8	---



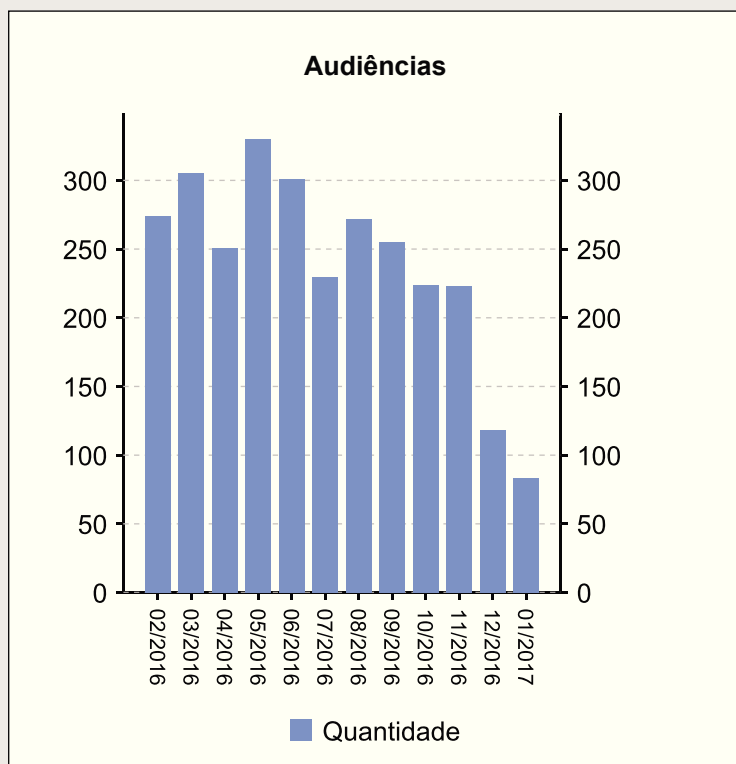
## CORREIÇÃO ANTERIOR

### 10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

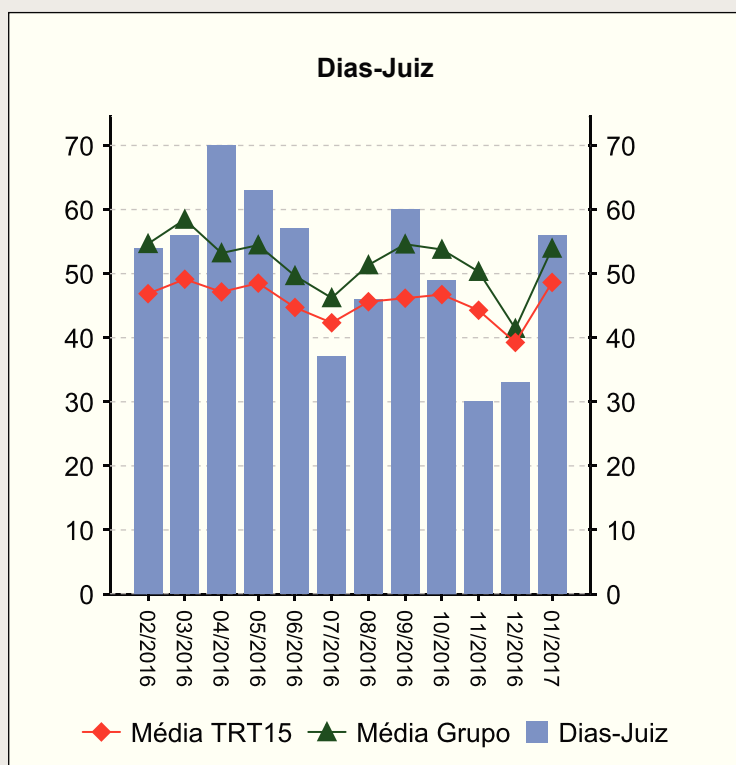
[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

## Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
02/2016	5	21	12	62	174	274
03/2016	3	37	11	76	178	305
04/2016	6	21	5	69	150	251
05/2016	8	52	11	74	185	330
06/2016	31	72	0	49	149	301
07/2016	7	43	9	56	115	230
08/2016	31	40	0	65	136	272
09/2016	27	52	3	68	105	255
10/2016	26	36	0	77	85	224
11/2016	66	44	4	44	65	223
12/2016	27	18	0	30	43	118
01/2017	0	2	1	24	56	83
<b>Total</b>	<b>237</b>	<b>438</b>	<b>56</b>	<b>694</b>	<b>1441</b>	<b>2866</b>



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
02/2016	54
03/2016	56
04/2016	70
05/2016	63
06/2016	57
07/2016	37
08/2016	46
09/2016	60
10/2016	49
11/2016	30
12/2016	33
01/2017	56
<b>Média Mensal</b>	<b>50,9</b>





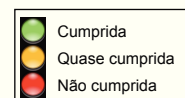
## 11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

### Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

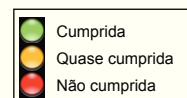
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2683	2848	2415	0	224	237	100 %



### Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

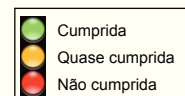
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2858	2572	2327	245	237	48	20 %	90 %



### Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
765	1204	689	0	64	100	100 %






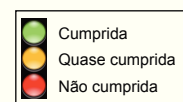
### 11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

#### Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas


Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

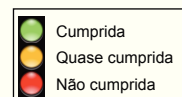
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
28	30	0	0	100 % 



#### Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
452	611	434	59 % 





**12 - ARRECAÇÃO [03/2017 a 12/2017]:**

*(fonte: e-Gestão)*

<b>CUSTAS</b>	<b>IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>EMOLUMENTOS</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA</b>
R\$ 135.488,14	R\$ 513.167,21	R\$ 6.361,80	R\$ 2.818.845,92



**13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 12/2017]:**

*(fonte: e-Gestão)*

<b>ANO</b>	<b>PROCESSOS</b>
2011	7
2012	20
2013	90
2014	57
2015	592
2016	1309
2017	2326



#### 14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
3291	12	1	13	0

Fonte: Portaria GP nº 39/2017

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 39/2017, de 26/06/2017, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 12 servidores está abaixo dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Além disso, foi informado pelo gestor que na Unidade também atuam os assistentes de Juiz:

Carlos Antônio Rodrigues Branco Tarallo – Assistente da Juíza Titular Cecy Yara Tricca de Oliveira.

Eunice Regina de Oliveira – Assistente da Juíza Substituta Ana Maria Eduardo da Silva.

#### 15 – ACERVO DA UNIDADE:

##### 15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 12/04/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	22/1/2018	Data de corte:	22/1/2018
Saldo:	367	Saldo:	28
Data do mais antigo:	12/12/2017	Data do mais antigo:	8/1/2018
		<b>Total:</b>	<b>425</b>

##### 15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:



O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado (MGD 12/2017) é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,60.

Esse resultado sinaliza evolução desde a última Correição, quando se registrou IG de 0,79 (relatório de 01/2017). Essa variação reflete, entre outros pontos, a redução da taxa de congestionamento na execução – TCE, de 0,67 para 0,61. Por outro lado, a taxa de congestionamento no conhecimento – TCC – demonstrou aumento de criticidade, partindo de 0,60 para 0,67, no mesmo período, o que inspira maior atenção nesta fase.

Conforme observado na correição anterior, a Unidade participou do Projeto Apoia15 da Corregedoria Regional, do início de 2015 até janeiro de 2017, quando foi constatado o cumprimento do plano de ação e eliminação do passivo existente à época de sua homologação (outubro de 2015). Em que pese o encerramento do plano de ação, o Projeto Apoia15 continua monitorando a evolução da Unidade e apontando medidas para melhora dos resultados. Em seu último acompanhamento (janeiro/2018) observou-se a formação de novo passivo e a quantidade significativa de processos pendentes de solução (Meta 2), orientando-se pelo acompanhamento intensivo pela Vara. Ressaltou-se, ademais, a necessidade de acompanhamento dos incidentes sem solução, os quais deverão ser tramitados e, caso se encontrem aptos para julgamento receber o adequado movimento de conclusão. As atividades estão relatadas no Pedido de Providências PROAD 70/2017.

Além disso, foi constatada a existência de 2.463 processos sem tramitação há mais de 30 dias, quantidade superior à metade da média trienal de processos recebidos. O relatório sem tramitação há mais de 80 dias, como flexibilizado, apontou saldo de 425 processos, inferior a metade da média trienal, o que dispensa o plano de ação. Todavia, para a melhor gestão desses processos sem tramitação, considerando a experiência já adquirida, a Unidade deverá elaborar novo plano de ação nos moldes do plano anterior, ou seja, conforme *template* utilizado pela Corregedoria, com base no método 5W2H e desenvolvimento por meio da análise do ciclo PDCA, disponibilizado na Extranet, menu “jurídico – orientação da corregedoria – *templates* – plano de ação” para buscar a redução do prazo de 80 dias, gradativamente. Salienta-se que o acompanhamento caberá aos próprios gestores, sem necessidade de informar a Corregedoria, em razão do monitoramento realizado pelo Projeto Apoia15.



## **16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):**

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

**16.1** – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0010951-53.2015.5.15.0109, 0011171-17.2016.5.15.0109, 0010374-41.2016.5.15.0109 e 0011959-31.2016.5.15.0109;

**16.2** – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo do processo nº 0012519-07.2015.5.15.0109;

**16.3** – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, porém a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

**16.4** – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 27/3/2018, verificou-se a existência de 993 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0000328-95.2013.5.15.0109, 0002195-26.2013.5.15.0109);

**16.5** – há audiências designadas em quatro dias da semana;

**16.6** – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 350 no período de 01/2017 a 12/2017;

**16.7** – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro dos Magistrados.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.



## 17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,78 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a 3ª Vara do Trabalho de Sorocaba apresenta 78% do maior saldo de processos pendentes.

Observa-se que o cálculo de dias-juiz no item 10.2 desta Ata teve seu resultado distorcido, uma vez que, por um problema técnico, o sistema automatizado não contabilizou a presença de alguns Juízes Substitutos em decorrência da aposentadoria do Juiz Titular anterior – o que já foi encaminhado ao setor responsável. Assim, a disponibilidade média de magistrados indicada no supracitado item (48,8) não reflete a realidade, e após a elaboração de novos cálculos, conforme quadro abaixo, verifica-se que a média real de dias-juiz é de 53,4, nos últimos doze meses, próximo à média do grupo (53,7).

Mês/ano	Qtde
01/2017	56
02/2017	56
03/2017	65
04/2017	51
05/2017	46
06/2017	64
07/2017	62
08/2017	62
09/2017	52
10/2017	47
11/2017	49
12/2017	31
Média mensal	<b>53,41*</b>

\* Média real de Dias-juiz recalculado





Considerando a real disponibilidade de magistrado, como acima demonstrado, observa-se que, proporcionalmente, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 45,1\* processos solucionados por meio de conciliações, inferior à média de referido grupo (RARIA 49,4), mas superior à última correição (RARIA 30,8). Por outro lado, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 73,7\*, superior à média do grupo, de 56,7 (RARIA) e à última correição (RARIA de 67,4), resultando em média total de solucionados com exame de mérito, de 118,9\* (RARIA) na Unidade, superior à média do grupo 106,1 (RARIA) no mesmo período e também ao RARIA de 98,2 apurado na última correição (\* valores de RARIA recalculados, segundo a correta média real de Dias-Juiz recalculado na tabela acima).

Em 2017, o índice de solucionados foi de 106,15%, indicando que foram solucionados mais processos (2848) que os recebidos (2683).

Em que pese estes resultados, destaca-se não ter sido cumprida no último ano a Meta 2 do E. CNJ (julgar até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, com 90% de cumprimento), e a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio do conhecimento, com 59 % de cumprimento) – conforme item 11.

Diante disso, determina-se que a 3ª Vara de Sorocaba continue envidando esforços para solucionar uma quantidade maior de processos visando a redução do prazo médio do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, prazo médio que se elevou de 605 dias atuais, em comparação com o resultado verificado na última correição, de 476 dias.

## **18 – AUDIÊNCIAS**

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 21/3/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

<b>TIPO</b>	<b>DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ</b>	<b>QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO</b>	<b>PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)</b>
<b>INICIAIS/ Ord:</b>	16/8/2018	0	148
<b>INICIAIS/ Sum:</b>	-	-	-
<b>UNAS/ Ord:</b>	25/10/2018	12	218
<b>UNAS/Sum:</b>	23/10/2018	2	216



<b>INSTRUÇÕES/Ord:</b>	13/11/2018	12	247
<b>INSTRUÇÕES/Sum:</b>	7/11/2018	2	241
<b>CONCILIAÇÃO:</b>	2/5/2018	0	42
<b>MEDIAÇÃO:</b>	3/5/2018	0	43

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta não automatizada e utilizam o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para inclusão em pauta. A Unidade não inclui em pauta feitos que envolvam órgãos públicos. Os processos cuja instrução dependa de prova pericial não são incluídos em audiência anterior à prova técnica, não havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

### 18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

#### 18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã						
	tarde						
quarta	manhã	1		4			5
	tarde	8		2			10
quinta	manhã	2		3			5
	tarde	7	1	2			10
sexta	manhã						
	tarde						

#### 18.1.2 – JUÍZA SUBSTITUTA AUXILIAR FIXO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde	11		4			15
terça	manhã			3			3
	tarde	7	1	4			12
quarta	manhã						
	tarde						
quinta	manhã						
	tarde						
sexta	manhã						



	tarde						
--	-------	--	--	--	--	--	--

## **18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:**

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que as mediações são realizadas no CEJUSC, com mediadores da Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Sorocaba e da Unidade e acompanhadas presencialmente pelo Magistrado lotado no CEJUSC. Noticiou, ainda, que são disponibilizadas três ou quatro pautas semanais para a Unidade e são incluídos processos de todas as fases processuais. Por fim, informou que há dois servidores mediadores capacitados pela Escola Judicial e pelo Regional e uma terceira servidora participando atualmente do curso de formação oferecido pela Escola Judicial.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogios.

## **18.3 – ANÁLISE:**

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 569 dias, maior que o de seu grupo (353 dias) e que o do Fórum (501 dias). Observa-se que mesmo no rito sumaríssimo esse prazo é de 422 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 625 dias.

Na correção anterior, constatou-se que a Unidade realizou maior média de audiência unas e de instrução, se comparada à média mensal do grupo e do TRT. Porém, verificou-se a elevação dos prazos médios da Unidade e o consequente descumprimento da Meta 5 da JT. Por tais motivos e considerando a designação de juiz auxiliar fixo, registrou-se a necessidade de incrementar a pauta de audiências, além da implementação de boas práticas colhidas neste Regional.

Atualmente, verifica-se que a Unidade realizou média (RARIA) de 89,6\* audiências unas e de instrução, média inferior ao resultado verificado na última correção (104,8 – RARIA), refletindo no prazo médio do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução que aumentou de 526 dias (correção de 2017) para os 569 dias atuais. (\* valores de RARIA recalculados, segundo a correta média real de Dias-Juiz recalculado no item 17)



## **19 – CONSTATAÇÕES:**

Realizada a apresentação de dados para toda a equipe da 3ª Vara do Trabalho de Sorocaba, foi reunido o trio gerencial para orientações e esclarecimentos.

Neste ato, verifica-se que a Unidade não adota a padronização de nomenclatura das subcaixas, conforme orientação da Corregedoria, que é imprescindível para que as subcaixas se ordenem cronologicamente, sobretudo, possibilitando relatórios mais consistentes do SICOND. A nomenclatura observará o seguinte modelo:

“AAAA/MM – Xª quinzena”

- Onde AAAA correspondente ao ano, com 4 dígitos;
- MM correspondente ao mês, com 2 dígitos e;
- X correspondente a 1ª ou 2ª quinzena.

Exemplificativamente:

- 2017/07 – 1ª quinzena;
- 2017/07 – 2ª quinzena;
- 2017/11 – 2ª quinzena;
- 2018/08 – 1ª quinzena.

No mais, chama-se a atenção da Unidade para a criação ou remoção de uma subcaixa de prazo quinzenal. Ao criá-la ou removê-la, por exemplo, da fase de conhecimento, ocorre a automática criação ou remoção de uma subcaixa de idêntico prazo nas demais fases processuais. Nesse aspecto, a Corregedoria alerta que as subcaixas de prazo quinzenais sejam removidas apenas se as subcaixas de idêntico prazo das demais fases processuais estiverem zeradas também. Eventual remoção de subcaixa com processos, faz com que todos os processos ali contidos sejam movidos para a raiz da caixa. Por fim, alerta-se que a informação de prazo “0” (zero) para expedientes no PJe implica o não encaminhamento do processo para a pasta de vencimento de prazo correta, razão pela qual a Unidade não deve se valer desta prática. Notadamente, na tarefa “aguardando cumprimento de providências”, há subcaixa denominada “2020 - todos”, procedimento que já foi rechaçado na correição anterior, pois causará o retrabalho de conferir processo por processo, para inclusão na quinzena respectiva.

Registra-se que a Unidade possui um dos maiores acervos processuais deste Regional (aproximadamente 11.000 processos em tramitação) e, no momento, está com quatro (04) servidores abaixo do total previsto na Resolução nº 63/2010 do CSJT e um (01) abaixo do previsto na Portaria GP nº 39/2017. Não bastasse isso, em até 90 dias, haverá mais uma aposentadoria, sem previsão de reposição.



Verificou-se que a Unidade não utiliza a citação eletrônica, não possui servidor em teletrabalho, bem como não determina a citação quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa, mas adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do NCPC.

Observou-se que o lapso temporal, entre a designação da perícia por despacho e a entrega do laudo, é demasiadamente longo, em alguns casos ultrapassa o período de 12 meses, por exemplo: 0010581-06.2017.5.15.0109 (designação de perícia por despacho em 30/4/2017, citação da reclamada expedida em 9/6/2017, e até o momento o laudo técnico não foi juntado); 0010205-20.2017.5.15.0109 (designação de perícia por despacho em 2/3/2017, citação da reclamada expedida em 8/6/2017, e até o momento o laudo técnico não foi juntado); 0011279-46.2016.5.15.0109 (designação de perícia por despacho em 5/7/2016, citação da reclamada expedida em 21/10/2016, manifestação do perito em 10/10/2017 designando a diligência para 27/10/2017; manifestação sobre reagendamento da perícia para 19/3/2018 e até o momento o laudo não foi juntado). A mesma extensão demasiada do prazo se observa para elaboração do laudo contábil pelo perito (90 dias ou 60 dias úteis); manifestação das partes após a entrega do laudo e antes da homologação da conta; prazo autônomo e sucessivo para manifestação das partes. Por exemplo: 0000008-11.2014.5.15.0109 – nomeação do perito em 28/11/2017; ciência do perito em 30/11/2017 pelo painel do perito; intimação das partes em 24/1/2018 no DEJT e inclusão do prazo de 90 dias, com previsão de término em 12/6/2018; laudo entregue em 8/1/2018). Há outros processos em situação semelhante, por exemplo 0010122-72.2015.5.15.0109. Nesse sentido, a Corregedoria orienta o gestor a realizar uma reunião com os senhores peritos, esclarecendo a relevância da assistência que prestam e a fim de obter deles o comprometimento e alinhamento necessários ao êxito da prática do controle de perícias; estabelecer prazos para apresentação de laudo, compatíveis com a pauta das unidades. No mais, convém observar que, em outras unidades deste Regional, o elevado número de impugnações das partes sobre o laudo comprometeu a implementação do controle de perícias.

Foram encontrados processos fora do fluxo de aud: por exemplo: 0011182-12.2017.5.15.0109 e 0000113-56.2012.5.15.0109 (fase de liquidação) – audiências já realizadas e processos parados na tarefa aud; não há processos com prazo vencido para razões finais e não conclusos na subcaixa razões finais.

O Juízo deve atentar para o -relatório “convertidos em diligência” (e-gestão), uma vez que 174 processos foram convertidos nos últimos 12 meses (01/2017 a 12/2017).



Registra-se que a quantidade de processos incluídos em audiências de tentativa de conciliação é alta – em 2017 foram realizadas 350 audiências. A Unidade conta com dois servidores capacitados para mediação e uma servidora participando do curso na Escola judicial. Constata-se ainda que todos os processos com possibilidade de acordo são encaminhados para a pauta de CEJUSC. Em não havendo acordo, as partes saem cientes da designação de nova data de audiência.

O Juízo determina imediatamente, após a liquidação da sentença, a liberação do depósito recursal, conforme orientação. Porém, a liberação ocorre após a decisão, em documento distinto (vide processo 0012519-07.2015.5.15.0109). No aspecto, a Corregedoria orienta que seja conferido força de alvará à decisão de homologação de cálculos para liberação em menor espaço de tempo e consequente redução do prazo médio da liquidação.

Constatou-se que o atraso na liberação de valores decorre, dentre outros fatores, do elevado número de petições inespecíficas (peticionamento em pdf, manifestações, etc.), dificultando a gestão daquelas relativas a pagamentos e prejudicando a priorização na liberação dos valores depositados. A mesma inespecificidade ocorre com o cadastramento de petições de incidentes, impactando negativamente na estatística e taxas de congestionamento da Unidade. Nesse sentido, a Corregedoria sugere que sejam afixados comunicados, com orientações de procedimento aos usuários. O cadastramento específico e preciso de petições resulta na facilitação e melhora da gestão dos processos, sobretudo, em benefício dos jurisdicionados.

Uma segunda reunião foi realizada com os gestores de todas as unidades do Fórum, inclusive da CGC de Sorocaba, a fim de tratar de assuntos comuns a todas elas.

Primeiramente, é distribuído a cada um dos gestores número de processo para consulta e eventual tramitação, respeitada a ordem cronológica e plano de ação, se em curso.

#### Pauta:

1. **GESTÃO POR RELATÓRIOS.** Constatado que há tramitação de processos demandada, por vezes, no atendimento de balcão, a Corregedoria reitera a gestão de processos por relatórios, os quais são extraídos e observam a cronologia do processo.
2. **PROCESSOS CONVERTIDOS EM DILIGÊNCIA.** Número elevado de conversões em diligências, demandam cautela dos gestores.
3. **NOTIFICAÇÕES ELETRÔNICAS.** O aceite dos municípios para o procedimento das notificações eletrônicas muito beneficiariam os atos de Secretaria, todavia



não há qualquer interesse de suas partes. A Corregedoria insiste na prática, haja vista a precariedade da prestação de serviços dos Correios. Aliás, sugere que, diante da devolução de documentos pelos Correios, com evidente má prestação do serviço, os gestores das unidades encaminhem um expediente simples, acompanhado de cópias, para o Setor de Contratos deste Regional.

4. NOTIFICAÇÕES DEVOLVIDAS. Há necessidade de que as notificações devolvidas não sejam automaticamente demandadas aos Oficiais de Justiça, o que requer melhor apreciação por parte das secretarias das varas.
5. PROCESSOS COM PEDIDOS DE PERÍCIA FORA DA PAUTA. 1ª VT. Marcação manual, despacho para defesa, com nomeação de perito, entregue o laudo. Em segundo despacho, para que manifeste o interesse na produção de provas em audiência de instrução. 2ª e 3ª VT, fazem três despachos: primeiro, com prazo para defesa; segundo, para nomeação de perícia e terceiro, para que manifestem interesse em audiência de instrução.  
4ª VT adota o mesmo procedimento da 1ª VT, salvo quanto à pauta que é automática, demandando a retirada de pauta.
6. PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA PROCESSOS COM PEDIDO DE PERÍCIA. 1ª VT. Adota o controle de perícias plenamente, com comunicação direta entre partes e perito e juntada nos autos ao final do laudo, com esclarecimentos. 2ª, 3ª e 4ª VT. Datas fixadas para apresentação de laudo, impugnações, esclarecimentos.
7. PRAZOS PARA ENTREGA DE LAUDOS PERICIAIS. Em média, demandam 100 dias, o laudo pericial com esclarecimentos nos autos.
8. TRAMITAÇÃO COM EFETIVIDADE. A Corregedoria insiste que a tramitação com efetividade pressupõe a análise e realização de todos os atos que impulsionem os autos para o próximo ato, independentemente de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI, da Portaria GP-VPJ-CR 7/2012. Observar, ainda, que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.
9. ATENDIMENTOS NO BALCÃO. Considerando as reclamações de advogados quanto a atendimento de balcão, a Corregedoria entende que é necessário uma filtragem dos assuntos demandados aos gestores.
10. NOTIFICAÇÕES URGENTES (ANTECIPAÇÕES DE TUTELAS DE SINDICATOS.IMPOSTO SINDICAL). A prática corriqueira direcionada aos Oficiais de Justiça prejudica, em certa medida, a atuação deles para as diligências na fase executória do processo, o que merece ponderação, portanto.



11. PROCEDIMENTOS DA FASE DE LIQUIDAÇÃO. A título de exemplo, aponta a Corregedoria o procedimento implementado na Vara do Trabalho de Barretos. Notificação das rés, com determinação para depósito do valor incontroverso, seguido da liberação ao reclamante, no seu silêncio, a homologação do cálculo. À prática pode ser complementada a designação de mediação, que, se infrutífera, enseja a homologação de cálculos e citação para pagamento.
12. LIBERAÇÃO DE VALORES. No Fórum de Sorocaba, as instituições bancárias Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal encaminham e-mail ou, depois de impresso, encaminham os comprovantes de transferência, pagamento e recolhimento para as Varas do Fórum. As Varas não emitem as guias de recolhimento das contribuições sociais, porque os bancos o fazem. Verifica-se que as partes juntam os comprovantes de pagamento de depósitos judiciais não acompanhados de guias de depósito correspondentes, tampouco, fazem a correta identificação, classificação ou enquadramento da petição de pagamento ou de pedido de liberação.
13. procedimentos para acordo na execução do Fórum
14. MELHORAR A INTEGRAÇÃO ENTRE GIE E OFICIAIS DE JUSTIÇA. É de suma relevância que o GIE realize as consultas prévias no EXE15, a fim de evitar expedição de mandados repetitivos. Ademais, que conste dos mandados a qualificação das partes, fazendo constar, não só o nome, como também, o CPF da parte.
15. PROCESSO PILOTO NO ÂMBITO DO FÓRUM.
16. CEJUSC – atuação de servidores das Varas;
17. MEDIAÇÕES COM EFEITOS. 1ª VT. Não concorda com a mediação com efeitos de INI/UNA ou revelia. 2ª VT. Mediação no conhecimento, por servidor da secretaria, tem efeitos de arquivamento e revelia, se o caso. 3ª e 4ª VT realizam a medição sem efeito, como na 1ª VT.

## **20 – RECOMENDAÇÕES:**

**20.1** – viabilizar a melhor forma de citação eletrônica, conforme previsto no inciso V do art. 246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC), mediante contato com grandes empresas demandadas, e Municípios que consentirem com a utilização da medida;





**20.2** – que os servidores sejam estimulados a realizar o curso “Atendimento ao Cidadão” promovido pela Escola Judicial, com período de realização permanente, na modalidade a distância.

## **21 – DETERMINAÇÕES:**

**21.1** – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para [pfing.regressivas@agu.gov.br](mailto:pfing.regressivas@agu.gov.br) e [regressivas@tst.jus.br](mailto:regressivas@tst.jus.br), nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial ([sentencas.dsst@mte.gov.br](mailto:sentencas.dsst@mte.gov.br) e [insalubridade@tst.jus.br](mailto:insalubridade@tst.jus.br)), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

**21.2** – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 2 do E. CNJ (identificar e julgar pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015) e Meta 5 da JT (reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016); respectivamente, com 90% e 59% de cumprimento;

**21.3** – observar os termos da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das subcaixas no PJe;

**21.4** – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante.

## **22 – PROCESSOS ANALISADOS:**

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 27/3 e 4/4/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
-------	----------	----------	--------------



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



<b>1</b>	<b>0010951-53.2015.5.15.0109</b>	Processo eletrônico na tarefa intermediária remessa ao 2º grau desde 14/2/2018 (decisão de 23/10/2017, e prazo vencido em 6/11/2017).	Tramitar o feito, efetivando a remessa com regularidade – nos dias de semana até as 18h00, evitando o represamento de processos, tanto na tarefa como no ato de remessa.
<b>2</b>	<b>0012144-06.2015.5.15.0109</b>	- Processo eletrônico na tarefa “aguardando cumprimento de acordo ou pagamento”. Na audiência realizada em 23/6/2016 as partes se conciliaram. Em 7/6/2017 o reclamante noticiou o inadimplemento do acordo e até o momento não houve apreciação pelo juízo.	Levar o processo imediatamente à conclusão para análise e prosseguimento. Há outros processos em situação semelhante, por exemplo 0011396-37.2016.5.15.0109.
<b>3</b>	<b>0001225-26.2013.5.15.0109</b>	Processo físico migrado para a plataforma Pje, na tarefa aguardando laudo pericial. Observa-se que o laudo pericial foi juntado em 11/12/2017, ainda não apreciados pelo juízo. Há outros processos em situação similar.	Levar o processo à conclusão para análise e prosseguimento.
<b>4</b>	<b>0000972-38.2013.5.15.0109</b>	Processo físico migrado para a plataforma Pje, na tarefa intermediária minutar expediente de secretaria. O feito aguarda a confecção de alvarás para soerguimento do FGTS e habilitação no programa do seguro-desemprego desde 19/1/2018. Há outros processos em situação semelhante.	Priorizar os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução, especialmente considerando a natureza alimentar do crédito.
<b>5</b>	<b>0141500-79.2000.5.15.0109</b>	- Processo físico migrado para a plataforma Pje, na tarefa análise de execução desde 15/12/2017. Observa-se que o processo foi migrado, sem andamento posterior. A última ocorrência no SAP1G era “Prazo - perito: apresentação de cálculos”, vencido desde 2/10/2017. Há outros processos em situação semelhante.	Levar o processo à conclusão para análise e prosseguimento do feito.
<b>6</b>	<b>0010073-31.2015.5.15.0109</b>	Processo eletrônico na tarefa registrar bloqueio bacen desde 7/2/2018. Observa-se que a decisão datada de 19/7/2017 determinou o prosseguimento da execução e até o momento a ferramenta eletrônica não foi realizada. Há outros processos em situação semelhante.	Priorizar os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução, especialmente considerando a natureza alimentar do crédito.
<b>7</b>	<b>0198700-10.2001.5.15.0109</b>	Processo na variável 342 do e-GESTÃO (pendentes de finalização na fase de conhecimento) com última ocorrência “RMA – remetido ao arquivo” em 26/01/2018. No entanto, verifica-se que após ocorrência “DSA – desarquivado” não foi novamente lançado “ARQ – arquivado” antes da remessa em caixa de arquivo.	Regularizar os lançamentos.
<b>8</b>	<b>0000185-72.2014.5.15.0109</b>	Processo na variável 117 do e-GESTÃO (embargos de declaração pendentes) desde a juntada de incidentes assim identificados em 02/12/2015. Aparentemente, houve apreciação de outra petição de ED, aguardando prazo para contrarrazões a Recurso Ordinário (até 26/04/2018).	Regularizar os lançamentos processuais.



<b>9</b>	<b>0002208-93.2011.5.15.0109</b>	Processo na variável 168 do e-GESTÃO (exceções de pré-executividade pendentes) desde a juntada de incidente em 15/09/2017. Verifica-se que o feito foi migrado ao PJE em 21/07/2016.	Necessário o lançamento de solução no sistema SAP para baixa do incidente – independentemente da solução no PJE.
<b>10</b>	<b>0138500-42.1998.5.15.0109</b>	Processo físico com última ocorrência “RMA – remetido ao arquivo” desde 25/10/2017, após arquivamento definitivo. No entanto, consta RPV pendente no e-GESTÃO.	Regularizar os lançamentos desse e demais casos semelhantes.
<b>11</b>	<b>0001658-98.2011.5.15.0109</b>	Processo físico inserido na Meta 2 do E. CNJ já julgado e remetido ao E. TRT para processar recurso. Porém, permanece sem registro de solução para os dados do e-GESTÃO.	Sanear, lançando a solução no sistema.
<b>12</b>	<b>0001760-23.2011.5.15.0109</b>	Processo físico Meta 2 do E. CNJ já julgado, sem registro de solução no SAP1G.	Sanear, lançando a solução no sistema.

### **23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:**

Fez-se presente o Dr. Fernando Camolesi Flora, OAB/SP 147.173, ratifica o pleito de criação de posto avançado no município de Votorantim, bem como, tece elogios ao CEJUSC de Sorocaba.

Compareceu a Diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) da 24ª Subseção de Sorocaba representada por seu Presidente Dr. Márcio Rogério Dias e pelo Presidente da Comissão do Exercício da Advocacia Trabalhista Dr. Renato de Freitas Dias. Em síntese, identifica que há desequilíbrio entre a demanda processual no fórum e a estrutura ali existente, resultando na demora excessiva para a solução de processos. Ilustra-o apontando a pauta de audiências inicial/una com agendamentos para o final de 2019, bem como, o prazo médio superior a 500 dias apurados entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença. Reconhece a limitação orçamentária vivida por esta justiça especializada e sugere que seja realizado um estudo com o propósito de apurar unidades cuja manutenção não se faça necessária, transferindo-se assim toda a sua estrutura para o fórum de Sorocaba, quiçá com a instalação de mais uma vara, para uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz. Coloca -se à disposição deste Tribunal para a busca de soluções.

Especificamente quanto à 3ª Vara do Trabalho de Sorocaba, aborda os seguintes aspectos: liberação imediata dos valores já disponíveis nos processos, prazo para réplica a começar de data indefinida a ser verificada pela parte, junto ao rastreamento dos correios; resistência por parte de servidores e diretor no atendimento de advogados no balcão, uma vez que consta orientação para que os estagiários levem a demanda ao diretor, sem que



haja solução na maioria das vezes; e a ratificação de acordo em execução.

## **24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:**

**24.1** – A MM. Juíza Titular Cecy Yara Tricca de Oliveira reside na jurisdição.

**24.2** – A Juíza Substituta Auxiliar Fixa Ana Maria Eduardo da Silva reside na sede da circunscrição.

**24.3** – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença.

**24.4** – Registra-se que não foram automaticamente identificadas as seguintes Portarias de designação de Magistrados Substitutos para a Unidade e, por conseguinte, não foram automaticamente consideradas para o cálculo de dias-juiz (item 10), conforme já mencionado no item 17:

**a)** Portaria GP-AAM 139/2017: XIX- Designar o Exmo. Sr. Juiz Substituto LUCAS FALASQUI CORDEIRO, para, no período de 31 de julho a 06 de agosto de 2017, atuar na 3ª Vara Do Trabalho De Sorocaba, em vaga decorrente da aposentadoria, com observância no disposto nos artigos 5º e 6º do Capítulo "AUD" da CNC.

**b)** Portaria GP-AAM 140/2017: III- Designar a Exma. Sra. Juíza Substituta REBECA SABIONI STOPATTO, para, no período de 07 a 20 de agosto de 2017, atuar na 3ª Vara Do Trabalho De Sorocaba, em vaga decorrente da aposentadoria, com observância no disposto nos artigos 5º e 6º do Capítulo "AUD" da CNC.

**c)** Portaria GP-AAM 159/2017: I- Designar o Exmo. Sr. Juiz Substituto LUCAS FALASQUI CORDEIRO, para, no período de 21 de agosto a 19 de setembro de 2017, atuar na 3ª Vara Do Trabalho De Sorocaba, em vaga decorrente da aposentadoria, do Excelentíssimo Juiz Walter Gonçalves, com observância no disposto nos artigos 5º e 6º do Capítulo "AUD" da CNC.

**d)** Portaria GP-AAM 171/2017:X- Designar a Exma. Sra. Juíza Substituta CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA, para, no período de 20 a 24 de setembro de 2017, atuar na 3ª Vara Do Trabalho De Sorocaba, em virtude de aposentadoria, com observância no disposto nos artigos 5º e 6º do Capítulo "AUD" da CNC.

**24.5** – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.



**24.6** – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações, recomendações, orientações e sugestões, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 70/2017.

## **25 – ENCERRAMENTO:**

No dia 13 de abril de 2018, às 13 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.